

EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMA N° 005/2024

O Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, através da Prefeitura Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Rodrigo Adriany David, portador do RG n° 3207013, inscrito no CPF sob n° 033.007.279-01, torna pública a realização de Credenciamento na área da Saúde Animal que se realizará nos termos do presente e no que preceitua a Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis. O credenciamento será realizado pela Comissão de Licitação conforme Decreto n° 254/2023.

Tipo: Credenciamento de Clínicas Veterinárias para serviços de Castração Animal com microchipagem.

Início do Credenciamento: 15/07/2024

Formalização de Consultas / Encaminhamentos: Todo e qualquer pedido de informação/impugnação ao edital/recurso deverá ser encaminhado **Obrigatoriamente** via “Protocolos”, na aba “Licitações”, no link <https://garuva.ldoc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=8>, do Portal do Município

OBTENÇÃO DO EDITAL NA ÍNTEGRA:

<https://garuva.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/8/padrao/1/load/0/>

1 DO OBJETO

1.1 - Constitui Objeto do presente instrumento, Credenciamento de Clínicas Veterinárias para prestação de serviço em castração de animais recolhidos pela Diretoria de Bem Estar Animal do Município bem como atender o PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS E PROGRAMA POSSE RESPONSÁVEL, conforme Lei 1774/14 de 25 de fevereiro de 2014.

1.2 - Poderão participar do credenciamento pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos de todo o Município de Garuva/SC ou localizadas num raio de até 50km da sede da Prefeitura Municipal de Garuva, legalmente constituídas, com capacidade técnica, idoneidade econômico-financeiro, regularidade jurídico fiscal e que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

1.3 - O presente Credenciamento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, e no site oficial do Município www.atende.net.gov.br, com vigência de 60 (sessenta) meses subsequentes. Os Contratos Administrativos oriundos terão prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, por até 60 (sessenta) meses, mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes.

2 DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

2.1 - Os interessados em credenciar-se declaram ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

2.2 - O Município de Garuva não tolerará qualquer ato que infrinja ou possa infringir as Normas Anticorrupção, cabendo aos interessados, em caráter irrevogável e irretratável:

2.2.1 - Tomar conhecimento das Normas Anticorrupção, especialmente a Lei Federal n° 12.846/2013, e o Decreto Federal n° 8.420/2015, e divulgá-las a seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e terceiros;

2.2.2 - Abster-se de praticar atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, conforme definidos no artigo 5º, da Lei Federal nº 12.846/2013.

3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão credenciar-se todos os interessados, pessoa jurídica, que estejam legalmente estabelecidos para os fins do objeto pleiteado, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de credenciamento e seus Anexos.

3.2 - Estarão impedidos de participar do processo de credenciamento, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

3.2.1 - Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.2 - Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar, imposta pela Administração Direta.

3.2.3 - Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de governo, ou estejam impedidas de licitar ou contratar com a administração pública;

3.2.4 - Mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade Credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.5 - Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;

3.2.6 – Tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.7 - Estejam em situação fiscal irregular perante o RGPS/INSS e/ou FGTS;

3.2.8 - Estrangeiras que não funcionem no país.

4 DA FORMA DE INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

4.1 - Os interessados poderão inscrever-se para o credenciamento a partir da publicação do presente Edital.

4.2 - O credenciamento poderá ser requerido durante todo o período de vigência do presente Credenciamento, que perdurará por 60 (sessenta) meses após a publicação deste Edital.

4.3 - A solicitação de credenciamento será feita mediante apresentação do Requerimento de Credenciamento, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital, que deverá ser entregue juntamente com os documentos listados no item 5 – “Dos Documentos de Habilitação”.

4.4 - A documentação exigida poderá ser apresentada em envelope lacrado e devidamente identificado, endereçado à Comissão de Licitação do Município conforme modelo a seguir:

**FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
AGENTE DE CONTRATAÇÕES
CREDENCIAMENTO FMA Nº 005/2024
EMPRESA: [RAZÃO SOCIAL]
CNPJ:
ENDEREÇO:**

4.5 - Os envelopes protocolados, no horário de expediente da Prefeitura, terão seu processo de habilitação julgado pela Comissão Permanente de Licitações em solenidade de praxe, no 2º dia útil da semana seguinte à data de protocolo de credenciamento, cujas decisões constarão em ata circunstancial

4.6 - Se o interessado for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz; se o interessado for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz.

4.7 - É facultado à Comissão de Licitações solicitar dos interessados esclarecimentos com relação aos documentos apresentados.

4.8 - A apresentação de Requerimento de Credenciamento sujeita o proponente integralmente às condições deste Edital e seus anexos.

5 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Os interessados deverão apresentar, juntamente com o Requerimento de Credenciamento, (Anexo II) os documentos a seguir discriminados:

5.2 - Habilitação Jurídica:

5.2.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.2.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (com suas devidas alterações), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.2.3 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.2.4 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

5.2.5 - Alvará de Localização;

5.2.6 - Alvará Sanitário;

5.3 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.3.1 - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional;

5.3.2 - Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual da sede da empresa;

5.3.3 - Certidão Negativa de Tributos para com a Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura Municipal da sede da empresa;

5.3.4 - Certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela CEF;

5.3.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

5.4.1 - Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da empresa licitante há, no máximo, 60 (sessenta) dias da data de apresentação das propostas, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.



5.5 - Documentos Complementares:

5.5.1 - Prova de anotação de responsabilidade técnica do profissional, e da Empresa perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária;

5.5.2 - Licença Ambiental de exercício para a atividade;

5.5.3 - Comprovação de cadastramento do estabelecimento e dos profissionais no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);

5.5.4 - Cópia autenticada de contrato com empresa responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares;

5.5.4.1 - O contrato exigido no item 5.5.3 deverá vir acompanhado de:

- a) Apresentação da LAO, Licença Ambiental de Operação, emitida por órgão de controle de meio ambiente estadual equivalente, dentro do seu período de validade, comprovando que a contratada esteja licenciada para realizar as seguintes atividades:
- b) Transporte rodoviário de resíduos hospitalares, comprovando que a contratada esteja autorizada a transportar até o aterro sanitário os serviços licitados de acordo com legislação ambiental vigente;
- c) Disposição final de resíduos hospitalares em qualquer Município da Federação, onde serão dispostos os resíduos coletados, comprovando que a licitante esteja autorizada a destinar e tratar os resíduos coletados no Município, de acordo com legislação ambiental vigente.

5.5.5 - Quando o aterro sanitário licenciado não for de propriedade da licitante, esta deverá apresentar a Licença Ambiental de Operação do empreendimento, acompanhada de termo de compromisso assinado em cartório, onde manterá ao longo da vigência do contrato, a destinação final no aterro sanitário indicado na licença apresentada.

5.5.6 - Comprovação de cadastramento, expedido por Órgão de controle de meio ambiente, no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

5.5.7 - Caso a sede do estabelecimento não seja no Município de Garuva, a proponente deve apresentar declaração de que se compromete, para a assinatura do termo de credenciamento, a disponibilizar para a realização dos devidos procedimentos, local adequado sediado no Município de Garuva, com os devidos alvarás de localização e sanitário, bem como os materiais, equipamentos e profissionais necessários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias. O horário mínimo de funcionamento do local sediado no município deverá ser das 08:00 às 17:00h de segunda à sexta feira.

5.5.8 - Os documentos que não forem emitidos de forma eletrônica deverão ser autenticados em cartório ou por servidor do Município de Garuva.

5.5.9 - Declaração assinada por representante legal da interessada, conforme modelo constante do “Anexo III”, de que: não foi declarada inidônea e nem está suspensa ou impedida de contratar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;

5.5.10 - Declaração Art. 7, inciso XXXIII da CF, podendo ser utilizado o modelo “Anexo III”, declarando que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor), conforme prescreve o inciso VI do art. 68 da Lei n. 14.133/2021, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

5.5.11 - Caso a documentação apresentada não esteja em conformidade com as exigências deste Edital, a interessada será notificada para regularização, complementação, substituição ou apresentação de nova documentação.



5.5.12 - Caso a interessada não tenha sua documentação aprovada, os documentos exigidos podem ser reapresentados após decorridos 30 (trinta) dias após o protocolo do pedido de credenciamento que restou reprovado, podendo buscar o credenciamento a qualquer tempo, desde que observada a vigência do Credenciamento.

6 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO

6.1 - Estando a documentação apresentada em conformidade com as exigências deste Edital, a interessada será declarada **HABILITADA** ao Credenciamento.

6.2 - O Contrato Administrativo cuja minuta consta do Anexo IV com as interessadas consideradas habilitadas será celebrado mediante Inexigibilidade de Licitação, nos termos permissivos do artigo 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3 - O prestador habilitado, quando convocado a firmar o Contrato Administrativo correspondente, terá o prazo de até **5 (cinco) dias úteis** para assinar o documento, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo prestador e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Fundo Municipal de Agricultura.

6.3.1 - Os Contratos Administrativos **poderão** ser firmados através de assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.

6.4 - O Contrato Administrativo apresentará a quantidade de realização de serviços indicada pelo interessado no Requerimento de Credenciamento, de acordo com sua capacidade de atendimento, no entanto trata-se de quantidade estimada, não gerando direito ao Credenciado de exigir do Fundo Municipal da Agricultura a realização de um número mínimo de serviços.

6.5 - O prazo de vigência do Contrato Administrativo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do respectivo contrato.

6.6 - O Fundo Municipal de Agricultura, através de servidor designado, fará a gestão e fiscalização dos Contratos Administrativos decorrentes deste Credenciamento, possuindo os mais amplos poderes para acompanhar, inspecionar e fiscalizar as obrigações assumidas pelos prestadores credenciados.

7 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - As condições de execução dos serviços constam do Anexo I – Termo de Referência, assim como constarão do Contrato Administrativo a ser assinado pelas partes, conforme Minuta constante do Anexo IV.

8 DA REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

8.1 - A remuneração dos serviços prestados pelas pessoas credenciadas obedecerá a tabela abaixo e o pagamento será mensal mediante a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente acompanhada das respectivas autorizações emitidas pela Secretaria de Estratégias Rurais.

8.2 - Os valores pagos obedecerão a seguinte tabela

QTDDE	UNID	DESCRIÇÃO SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
75	UNID	castração felino macho com microchipagem	R\$ 240,00	R\$ 18.000,00
110	UNID	castração felino fêmea com microchipagem	R\$ 300,00	R\$ 33.000,00
60	UNID	castração canino macho com microchipagem	R\$ 240,00	R\$ 14.400,00

150	UNID	castração canino fêmea com microchipagem	R\$ 410,00	R\$ 61.500,00
			Total:	R\$ 126.900,00

8.3 - Caso ocorram alterações nos Valores este Edital será republicado, com destaque aos novos serviços ou valores, e na sequência, os prestadores já credenciados serão notificados sobre as alterações.

8.4 - Havendo exclusão, inclusão ou alteração em valor de serviço já contratado, caberá ao Credenciado a escolha da manutenção do Contrato já firmado, a partir da emissão de termo aditivo, registrando a alteração contratual, ou não, por meio de distrato do contrato vigente.

8.5 - É vedado ao prestador credenciado cobrar ou receber qualquer outra importância pelos serviços prestados que não os expressos na Tabela, seja do Fundo ou do Município.

8.6 - Após a execução do serviço, o pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a entrega da respectiva Nota Fiscal.

9 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1 - As despesas decorrentes dos credenciamentos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do FMA conforme a natureza do serviço desempenhado:

Órgão:13 – Fundo Municipal de Agricultura

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Agricultura

Ação: 2073 – Atendimento aos Animais

Modalidade de Aplicação: 3339000 – Aplicações diretas

Vínculo: 170870000000

10 – DOS ENCAMINHAMENTOS DOS SERVIÇOS

10.1 - A Secretaria de Estratégias Rurais emitirá a requisição de execução dos serviços (Termo de Autorização e Encaminhamento para Ato Cirúrgico) indicando todos os credenciados, sendo que a escolha do prestador caberá ao usuário do serviço.

10.2- Para a assinatura do contrato é necessário que a proponente, cumpra o disposto no item 6.3 da minuta do contrato.

11 DO DESCREDENCIAMENTO

11.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:

11.1.1 - Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;

11.1.2 - Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;

11.1.3 - Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;

11.1.4 - As hipóteses previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 - Obedecidas às condições previstas no Contrato Administrativo, o prestador credenciado poderá pedir, a qualquer tempo, a sua retirada do rol prestadores credenciados, mediante rescisão do instrumento contratual, desde que haja a notificação inequívoca do FMA com 30 (trinta) dias de antecedência, observadas as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.



11.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, se for o caso.

12 DAS PENALIDADES

12.1 - Ao prestador credenciado que não cumprir com as obrigações assumidas, ou com os preceitos legais cabíveis à adequada execução do objeto, serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

12.1.1 - Advertência;

12.1.2 – a) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor contratual quando comprovado que os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato;

b) Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando, se houver rescisão por culpa ou requerimento do prestador credenciado sem causa justificada ou amparo legal;

12.1.3 - Impedimento de participar de licitações e contratar com o FMA e também com o Município, por prazo não superior a 3 (três) anos.

12.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o FMA/Município que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12.2 - Sem prejuízo da multa estabelecida no subitem 12.1.2, o prestador credenciado responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

12.3 - Caso o prestador credenciado não venha a recolher a multa imposta dentro do prazo determinado, o FMA/Município se reserva no direito de descontar o valor devido das parcelas de pagamento vencidas.

12.4 - Na aplicação das penalidades citadas será observada o disposto do Título IV – Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - O FMA/Município reserva-se ao direito de, justificadamente, anular ou revogar este Edital de Credenciamento, sem que caiba qualquer reclamação ou indenização de qualquer espécie.

13.2 - A participação dos interessados mediante apresentação de Requerimento de Credenciamento importará na declaração tácita da ciência e concordância com todos os termos do presente Edital.

13.3 - O Contrato Administrativo de Credenciamento não poderá ser objeto de cessão, transferência, subcontratação no todo ou em parte, não podendo o prestador credenciado se valer deste para vincular terceiros à contratação, sob pena de imediata rescisão/descredenciamento e aplicação das demais penalidades cabíveis.

13.4 - Informações a respeito do presente Credenciamento poderão ser obtidas pelo fone (47) 3445-8204, ou pessoalmente no endereço administrativo da Prefeitura Municipal de Garuva, sito a Avenida Celso Ramos, nº 1614, bairro Centro, Garuva – SC, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou ainda, pelo endereço eletrônico licitacao@garuva.sc.gov.br.

13.5 - Os casos omissos neste Edital serão analisados sob os aspectos da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.6 - O FMA/Município não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente.



14 DOS ANEXOS

14.1 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

14.1.1 - ANEXO I – Termo de Referência;

14.1.2 - ANEXO II – Requerimento de Credenciamento;

14.1.3 – ANEXO III - Declaração de idoneidade, ausência de servidor público na gestão da interessada, e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

14.1.4 - ANEXO IV – Minuta do Contrato Administrativo de Credenciamento.

Garuva – SC, 04 de julho de 2024.

RODRIGO ADRIANY
DAVID:03300727901

Assinado de forma digital por
RODRIGO ADRIANY
DAVID:03300727901
Dados: 2024.07.04 14:24:20 -03'00'

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal



EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMA Nº 005/2024

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Credenciamento visa a contratação de **CLÍNICAS E/OU HOSPITAIS VETERINÁRIOS**, legalmente constituídas na forma da lei, com sede em Garuva, interessadas em prestar serviços veterinários de todo procedimento (serviço, material e medicamento) para castração cirúrgica de animais domésticos, para esterilização de machos (orquiectomia) e fêmeas (ovário salpingohisterectomia) e consulta pré e pós cirúrgicos, com colocação de microchip adquirido pela Clínica Credenciada, em animais das espécies caninas e felinas, independentemente do tamanho e peso do animal, para atender o seguinte objeto:

Objeto

Atender o PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS E PROGRAMA POSSE RESPONSÁVEL, e a castração dos animais recolhidos pela Diretoria de Bem Estar Animal do Município, conforme Lei 1774/14 de 25 de fevereiro de 2014.

Quantificação

QTDAD	UNID	DESCRIÇÃO SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
75	UNID	castração felino macho com microchipagem	R\$ 240,00	R\$ 18.000,00
110	UNID	castração felino fêmea com microchipagem	R\$ 300,00	R\$ 33.000,00
60	UNID	castração canino macho com microchipagem	R\$ 240,00	R\$ 14.400,00
150	UNID	castração canino fêmea com microchipagem	R\$ 410,00	R\$ 61.500,00
		Total:		R\$ 126.900,00

Despesas

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento Fiscal Vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação: 13.01.2073.3390.170870000000 – Atendimento aos Animais.

Para efeito orçamentário, sem qualquer compromisso com as credenciadas, este credenciamento não ultrapassará o valor de R\$ 126.900,00 sendo:

Exercício de 2024 o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Exercício de 2025 o valor de R\$ 76.900,00 (setenta e seis mil e novecentos reais)

Execução

Os animais a serem castrados serão encaminhados ao serviço veterinário credenciado, através de tutores quando animais domiciliados, guardiões quando animais semi domiciliados ou errantes, após avaliação socioeconômica, com a obrigatoriedade do beneficiário deste Programa de Castração estar inscrito no Cadastro Único da Assistência Social.

Também podem participar do Programa de Castração a(s) Entidade(s) credenciada(s) responsável pelo acolhimento e hospedagem temporária de animais de que estejam sofrendo maus tratos ou em estado de vulnerabilidade, na cidade de Garuva, por ser obrigatória a castração destes animais acolhidos, e os animais a serem encaminhados pela Diretoria Municipal de Bem Estar Animal.



Todos os contemplados pelo Programa de Castração, munidos do documento de inscrição no Cadastro Único da Assistência Social ou a(s) Entidade(s) credenciada(s) para o serviço de acolhimento e hospedagem temporária de animais que estejam sofrendo maus tratos ou em estado de vulnerabilidade, na cidade de Garuva, devem se dirigir a Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Infraestrutura e solicitar o **Termo de Autorização e Encaminhamento para Ato Cirúrgico**, expedido conforme preconiza o artigo 23 da Lei Municipal 1774/2014, devidamente preenchida, assinada e carimbada pelo responsável da Diretoria de Bem Estar Animal.

Para os cães e gatos com guardiões/tutores ou entidade responsável, devem se comprometer a realizar o pré (jejum sólidos e líquidos) de 12 horas e os cuidados pós-cirúrgicos em seu domicílio, retornando em 14 dias ao serviço credenciado, a qual se compromete a liberar os animais após o período determinado pelo responsável técnico, mediante assinatura do prontuário de liberação.

Realizar exame clínico prévio ao procedimento cirúrgico, pelo serviço credenciado, de modo a garantir as condições físicas para submissão à intervenção cirúrgica, a fim de verificar se o animal está apto ou não à cirurgia.

Ministrar medicação prévia à espécie e porte (Medicação Pré Anestésica MPA), de forma que o procedimento seja seguro e indolor, a ser fornecido pela credenciada, bem como receber tricotomia e a assepsia adequada do local onde será feito o acesso cirúrgico.

Utilizar material esterilizado, fios de sutura adequados, agulhas e seringas descartáveis para cada animal, a ser fornecido pela credenciada.

Ministrar adequadamente protocolo escolhido para anestesia geral, a ser fornecido pela credenciada, seguro e indolor, conforme preconiza o art. 24 da Lei Municipal 1774/2014.

O pós-operatório dos animais (cães e gatos) castrados será assegurado pela clínica credenciada responsável pelo procedimento cirúrgico de castração.

Realizar a cirurgia em período não superior a 24 horas do internamento, devolvendo o animal ao tutor/guardião quando estiver totalmente restabelecido após a cirurgia de esterilização.

Atender intercorrências no pré, trans e pós-cirúrgico relacionados aos procedimentos sem ônus à administração ou ao proprietário e/ ou guardião do animal e/ ou entidade responsável, se for o caso.

Comunicar eventuais óbitos no pré, trans e pós-cirúrgico ao responsável pelo encaminhamento do animal; ficando a contratada responsável pela adequada remoção dos despojos.

Todo os materiais que forem descartáveis, devem ser acondicionados e recolhidos conforme as regras e legislação ambientais vigentes.

A(s) contratada(s) providenciará para que cada animal receba uma dose de anti-inflamatório e outra de antibiótico injetável com eficácia no mínimo 3 (três) dias, a ser fornecido pela credenciada. Outras medicações, curativos ou contenções serão indicadas por receita e serão de responsabilidade do responsável do animal.

A aquisição do microchip e a sua implantação no animal castrado e a sua funcionalidade será de responsabilidade da Credenciada.

O agendamento do retorno posterior para avaliação e se necessário efetuar retirada de pontos em até 14 dias corridos da cirurgia para acompanhamento exclusivo do procedimento relacionado à cirurgia.



O transporte dos animais que chegarem à credenciada para a cirurgia de castração é de responsabilidade do tutor ou guardião provisório ou entidade responsável pelo animal, bem como o seu retorno.

A (s) contratada (s) será responsável pelas indenizações decorrentes de danos a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, bem como pela eficiência, eficácia e segurança de seus procedimentos.

A (s) contratada (s) desenvolverá um documento com orientações pós-operatórias, que deverá ser fornecido a todos os proprietários, onde obrigatoriamente deverão constar nome (s) e meios de contato para o caso de complicações no pós-operatório.

As Clínicas e/ou Hospital Veterinários contratados deverão desde a análise documental no momento do credenciamento até o término do contrato estar em dia com suas obrigações junto ao CRMV-SC e com os demais licenciamentos exigidos pela legislação pertinente (alvará de localização, sanitário, dentre outros).

A autoridade competente, devidamente autorizada pela Lei Municipal 1774/2014 terá pronto acesso ao serviço contratado, a qualquer tempo, desde que respeite às exigências de controle de infecção e biossegurança, com fins de averiguação do cumprimento das condições contratadas.

A credenciada fornecerá obrigatoriamente ao fim de cada mês relatório contendo o cadastro dos animais identificados, conforme art. 31 da Lei 1774 de 25/02/2014.

Os Serviços Veterinários credenciados devem atender todos os preceitos do CRMV-SC, ao disposto na Lei Municipal 1774/2014 e demais legislações pertinentes.

Os custos de outros procedimentos além do que define este credenciamento serão de responsabilidade do proprietário e/ ou guardião do animal e/ ou entidade responsável, se for o caso.

Jucene Cassaniga
Diretora de Bem Estar Animal



EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMA Nº 005/2024

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

O interessado abaixo qualificado solicita seu Credenciamento de Clinicas Veterinárias para prestação de serviço em castração de animais recolhidos pela Diretoria de Bem Estar Animal do Município bem como atender o PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS E PROGRAMA POSSE RESPONSÁVEL, conforme Lei 1774/14 de 25 de fevereiro de 2014.

NOME / RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

Inscrição Estadual / Inscrição Municipal:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Banco / Agência / Conta Corrente:

Responsável Técnico pelos serviços prestados:

Responsável pela assinatura do Contrato: (nome) (cargo) (RG) (CPF)

Para tanto, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Concordamos em se submeter a todas às disposições constantes no Edital de Credenciamento FMA nº 005/2024 e seus anexos;
- Possui estrutura, materiais, equipamentos, profissionais e outros itens considerados essenciais para o cumprimento dos serviços constante no Anexo I do Edital;
- Conhece e está de acordo em aceitar e prestar os serviços pelos valores constantes do Edital de Credenciamento FMA nº 005/2024;
- Possui capacidade instalada para realização de serviços e capacidade técnica para a realização dos Serviços.

(Local e data)

Carimbo/CNPJ e assinatura do Representante Legal da Empresa

EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMA Nº 005/2024

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
sediada à _____, por seu representante legal, DECLARA, sob as penas
da lei, que:

- Não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar por nenhum órgão Federal, Estadual ou Municipal, tampouco pelo FMA, e que não existem fatos impeditivos para sua habilitação no Edital de Credenciamento FMA nº 005/2024, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Não possui servidor público do Município de Garuva/FMA na condição de representante legal, membro da sua diretoria, Sócio Administrador e/ou proprietário;
- Em atendimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local e data)

Carimbo/CNPJ e assinatura do Representante Legal da Empresa



EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMA Nº 005/2024

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO FMA Nº XXX/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
VETERINÁRIOS EM CASTRAÇÃO DE ANIMAIS,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO
MUNICIPAL DE AGRICULTURA E
XXXXXXXXXXXXXX

As partes, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, com sede nesta Cidade, na Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro, inscrito no CNPJ nº 83.102.848/0001-02, neste ato representado pelo Gestor senhor Marcelo Carlos Ferreira, doravante denominada CONTRATANTE, com interveniência do Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Rodrigo Adrianly David, portador do RG nº 3207013, inscrito no CPF sob nº 033.007.279-01, e XXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida, sito a XXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Edital de Credenciamento FMA nº 005/2024, Processo de Inexigibilidade de Licitação FMA nº 005/2024, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

1- OBJETO

1.1 - O CREDENCIADO prestará Serviços de Clínicas Veterinárias para prestação de serviço em castração de animais recolhidos pela Diretoria de Bem Estar Animal do Município bem como atender o PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS E PROGRAMA POSSE RESPONSÁVEL, conforme Lei 1774/14 de 25 de fevereiro de 2014.

1.2 - Este contrato possui um teto financeiro de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx).

2. VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 - Este contrato terá sua vigência a contar da data de xx/xx/xxxx, pelo período de 12 (doze) meses, e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do FMA, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 106, da Lei Federal nº 14.133, de 1º abril de 2021.

3. PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Pela execução dos serviços, objeto deste Contrato, o Fundo Municipal de Agricultura pagará os valores constantes no Termo de Referência.

3.2 - O valor real será o resultado da aplicação do valor unitário pela quantidade de serviços efetivamente prestados.

3.3 - Por se tratar de uma quantidade estimativa, não está a Administração obrigada a adquirir qualquer quantidade indicada no presente contrato.

4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1- Os serviços deverão ser prestados conforme o Termo de Referência.

5. PAGAMENTO

5.1 - É vedado ao CREDENCIADO:

5.1.1 - Cobrar ou receber qualquer outra importância, pelos serviços prestados, dos usuários beneficiados.



5.2 - O valor real será o resultado da aplicação do valor unitário pela quantidade de procedimentos efetivamente realizados.

5.3 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, conforme o número de solicitações da Secretaria Municipal de Saúde e os serviços efetivamente prestados, até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.

6. OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

6.1 - Ao F.M.A competirá:

6.2 - Pagar o CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os quantitativos autorizados pelo Município;

6.3 - Efetuar a conferência das autorizações de serviços apresentados e informar ao prestador o valor autorizado, e se houver, o motivo das glosas efetuadas, possibilitando o questionamento e correção, se possível;

6.4 - Fiscalizar o cumprimento das disposições deste contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

6.5 - Demandar trabalho ao CREDENCIADO quando for de seu interesse ou designação.

7. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

7.1 São obrigações do CREDENCIADO:

7.1.1 Assumir a responsabilidade pela prestação dos serviços objeto desta contratação no prazo estabelecido junto ao Município/FMA, bem como é de responsabilidade do CREDENCIADO quaisquer danos decorrentes da prestação de serviço, causados às municipalidades ou à terceiros;

7.1.2 Designar um profissional que será responsável pela execução do serviço;

7.1.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do contrato por não cumprimento do mesmo;

7.1.4 Executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato, observando os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;

7.1.5 Comunicar ao Município, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

7.1.6 Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município/FMA, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

7.1.7 Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento;

7.1.8 Responsabilizar-se pelas despesas e gastos com materiais, insumos e funcionários ou outras taxas que advirem, nos preços propostos.

7.1.9 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Município/FMA em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos;

7.1.10 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

7.1.11 Cumprir com todas as determinações previstas neste contrato e no Termo de Referência, Anexo I, do Edital de Credenciamento FMA nº 005/2024.

8. DESCREDENCIAMENTO

8.1 Constituem motivo para o descredenciamento:

8.1.1 Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;

8.1.2 Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do CREDENCIADO;

8.1.3 Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;

8.1.4 As hipóteses previstas no artigo 155, da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2 O CREDENCIADO poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os serviços já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.

8.3 Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

8.4 O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, se for o caso.

9. PENALIDADES

9.1 Quando o CREDENCIADO não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

9.1.1 Advertência;

9.1.2.1 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor contratual quando comprovado que os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato;

9.1.2.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando, se houver rescisão por culpa ou requerimento do prestador credenciado sem causa justificada ou amparo legal;

9.1.3 Impedimento de participar de licitações e contratar com o Município por prazo não superior a 3 (três) anos;

9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o município, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

9.2 Sem prejuízo das penalidades elencadas no item 9.1 acima, o CREDENCIADO responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

9.3 Caso o CREDENCIADO não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas.

9.4 Na aplicação das penalidades citadas será observado o disposto no Título IV – Capítulo I, da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.



10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1 A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o município.

10.2 O credenciamento de que trata o Processo Licitatório será de caráter precário e “intuito personae”, podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do município.

10.3 Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Edital de Credenciamento FMA nº 004/2024, independentemente de transcrição.

10.4 Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo Município, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

10.5 A participação dos interessados mediante apresentação de Requerimento de Credenciamento importará na declaração tácita da ciência e concordância com todos os termos do presente Edital.

10.6 O Contrato Administrativo de Credenciamento não poderá ser objeto de cessão, transferência, subcontratação no todo ou em parte, não podendo o prestador credenciado se valer deste para vincular terceiros à contratação, sob pena de imediata rescisão/ descredenciamento e aplicação das demais penalidades cabíveis.

11. RECURSOS FINANCEIROS

11.1 As despesas decorrentes dos credenciamentos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do FMA, a depender da natureza do serviço desempenhado:

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Agricultura

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Agricultura

Ação: 2073 – Atendimento aos Animais

Funcional: 0020.069.1035

Modalidade de Aplicação: 33390000000000000000 – Aplicações diretas

Vínculo: 1708700000000

12. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

12.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Garuva/SC para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente contrato.

Garuva – SC, xx de julho de 2024.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratado

MARCELO CARLOS FERREIRA
Secretário de Estratégias Rurais e Infraestrutura

Testemunhas:
Nome e CPF:

Nome e CPF:

